



## HISTÓRIAS CAMPESINAS COMO MOVIMENTOS ABERRANTES: UM RECORTE SOBRE OS “BUGRES”

**DIULIA HÜTTNER WOLTER<sup>1</sup>; LUIZA RIGHI CENCI<sup>2</sup>; MIGUEL DELANOY  
POLIDORI<sup>3</sup>; JOSÉ RICARDO KREUTZ<sup>4</sup>**

<sup>1</sup>*Diulia Hüttner Wolter – diuliahuttnerwolter@gmail.com*

<sup>2</sup>*Luiza Righi Cenci – luizarcenci@gmail.com*

<sup>3</sup>*Miguel Delanoy Polidori – miguel.polidori@gmail.com*

<sup>4</sup>*José Ricardo Kreutz – jrkreutz@gmail.com*

### 1. INTRODUÇÃO

A seguinte análise é resultado de diálogos desenvolvidos através do projeto de pesquisa do grupo TELÚRICA (Territórios de Experimentação em Limiares Urbanos e Rurais: In(ter)venções em Coexistências Autorais) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) intitulado: Histórias Campesinas como movimentos aberrantes: um estudo sobre a vida e o cotidiano dos camponeses no Brasil. O referido projeto pretende contar histórias esquecidas, abordar movimentos aberrantes e as consequências da lei de terras de 1850. Nesse sentido, Lapoujade (2015) torna-se referência importante, já que apresenta o conceito de movimento aberrante como as formas de vida ou práticas que não se enquadram nas normas estabelecidas pela sociedade ou pelo Estado. O autor considera esses movimentos como desvios, anomalias ou exceções em relação à ordem social dominante.

Na busca por movimentos aberrantes através da pesquisa, um dos temas que emergiram foram os “bugres”. O termo bugre não tem uma definição estável, pode ter surgido pela má compreensão de gritos de guerra dos indígenas. Ainda, pode ter estreita relação com a estigmatização de povos indígenas e selvagens, já que estes fogem da concepção camponesa de vivência. Nesse sentido, o modo de ser bugre, contra colonial, estigmatizado e “improcedente”, encontra nos movimentos aberrantes uma possibilidade de existência.

Diante do exposto, o presente trabalho tem como objetivo abordar os bugres como movimento aberrante. Além disso, cabe analisar, ainda, a respectiva exclusão social, repercussão nos modos de subjetivação e a perpetuação desse jeito de ser nas memórias e ações do presente.

### 2. METODOLOGIA

Fez-se necessário percorrer as narrativas históricas dos bugres, utilizando a pesquisa bibliográfica e documental. Foram encontrados poucos registros oficiais – tais como artigos científicos. Destaca-se, nesse ínterim, as histórias e vivências dos povos Kaingang e imigrantes alemães no Rio Grande do Sul apresentadas na obra de Gansweitt (1946) “Às vítimas do bugre”, que serão tratadas a seguir.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo o Gansweitt (1946), Luís – personagem principal da obra e indígena do grupo Kaingang – foi capturado de sua aldeia e mantido em uma colônia alemã. Ainda assim, sempre visitava seus companheiros na mata, tornando-se um intermediário entre os dois povoados. Luís nunca pôde voltar para sua aldeia sem reter a sua marca de experiência com os alemães (DORNELLES, 2011). Depois de um certo tempo, passou a ser conhecido como Luís Bugre, já que não pertencia, de fato, a nenhum dos dois grupos. Luís era, portanto, um movimento de subjetivação aberrante entre indígenas e colonos alemães, pois vivia à sua maneira, em um processo de tentativa de identificação com os colonos e re-identificação com sua antiga aldeia.

A origem do termo bugre ainda é desconhecida, poderia ter surgido pela má compreensão de um grito agudo de guerra desses indígenas, a palavra “pucri” (entendida como “ALERTA” pelos indígenas) (MABILDE, 1983). Essa expressão também pode ser considerada como resultado da incerteza sobre o encontro entre brancos e indígenas. De modo geral, bugre diz respeito à uma estigmatização da procedência do sujeito, como se ele não fosse “puro”, denotando assim, uma característica pejorativa aos ditos mestiços, selvagens. “O bugre verdadeiro é do mato, aquele que está escondido, mais agressivo e arredio”; ‘o bugre que está na cidade é mais dócil, pode ser trabalhador, mas é traiçoeiro. (GUISARD, 1999, p. 94). É sinônimo de desprezo e desonra, segundo Gansweitt (1946).

Mas algo precisa ser esclarecido: não se nasce bugre, torna-se. Para Dornelles (2011, p.275), “processos de formações identitárias são contextuais”. Nessas condições, como os bugres não pertenciam ao estereótipo esperado de camponês, e encontravam-se, muitas vezes, em contextos desafiadores como a saída da aldeia para a cidade ou zona rural, acabavam se perdendo de sua peculiaridade cultural e sua identificação étnica anterior por estar no processo de incorporação de uma nova realidade. “Assim, [a população branca] deixa de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída.” (GOFFMAN, 1891). Cabe destacar que grande parte desse processo advém da colonização e tomada de territórios indígenas, onde esses sujeitos foram encravados, marginalizados, sequestrados, capturados e, assim como Luís Bugre, tirados de seu contexto. Como consequência, o bugre se desprende de sua própria subjetivação indígena. Porém, pedir para que ele se reconheça em um modo de subjetivação social “bugre” é cometer mais uma violência contra ele, “pois a sua identidade, há séculos, foi submetida a um processo insidioso de dissolução e destruição” (GUISARD, 2004).

Contrapondo a história de Luís Bugre, atualmente a definição do termo percorre por muitos outros sentidos e subjetivações no território brasileiro, partindo desde denominações individuais, como “Maria Bugra/Luís Bugre” e “bugrinha/o”, à nomes de cidades como “Campo dos Bugres- RS” e “Barra dos Bugres - MT”. A expressão “sangue de índio e de bugre” também traz para



análise a variedade de significações atribuídas ao termo, uma vez que separa índio de bugre, identificação que era intrínseca na história de Luís. Por outro lado, Gansweitt (1946) também conta a história da alemã Maria Bugra que, ao ser sequestrada pelo povo Kaingang, também passou a ser considerada “bugra” mesmo sendo mulher branca, contradizendo a ideia de que o bugre necessitaria de traços indígenas. O que há de semelhança, entretanto, é que o bugre ocupa lugares marginais na história. Assim, a história desses diferentes modos de ser bugre nos mostra que “identidade e circularidade [...] circundam o reinado da representação” (LAPOUJADE, 2015, p.49). Afinal, para Deleuze, como citado por Lapoujade (2015, p.62), “o Ser se diz em diferentes sentidos”, isto é, existir é, justamente, diferir.

“Nessas condições, a que se reduz a práxis analítica? Trata-se essencialmente de um trabalho de discernibilização e de intensificação dos componentes de subjetivação, de um trabalho de heterogênese. E, ao mesmo tempo, de singularização de passagem ao ser e, consequentemente, de necessitação e de irreversibilização; trata-se então, simetricamente, de homogênese territorial. Esse trabalho não é situado sob a égide de um corpus científico, mas sob a de catalisadores existenciais iguais em direito.” (GUATTARI, 1992, p. 77).

Ou seja, por um lado, se faz um trabalho de discernibilização dos elementos heterogêneos que compõem os territórios existenciais em questão e intensificam um modo de subjetivação bugre. Neste primeiro momento, se perde uma definição estável, e qualquer identidade fixa é colocada em cheque pelos movimentos aberrantes. Percebe-se, assim, a heterogênese territorial, mostrando os diferentes elementos que o compõem e as diferentes articulações e agenciamentos possíveis entre eles. Simetricamente, ao passo que se contam essas histórias e ficções campesinas, cria-se um território – homogênese territorial –, um novo chão para redistribuição a partir de fundamentos outros. Quais serão os outros fundamentos? “Como distribuir a terra ou o solo? A quem pertence a terra? Quem decide sobre sua distribuição ou sua partilha? E de que terra se fala?” (LAPOUJADE, 2015, p. 40). Não há receita ou resposta pronta. Para caminhar por tais questionamentos, os próximos passos da pesquisa vão no sentido de se lançar e se encharcar em meio à produção desejante bugre, e diferentes matérias de expressão podem entrar em cena, ou, melhor, em território.

#### 4. CONCLUSÕES

Portanto, a breve e contínua pesquisa sobre o movimento bugre e suas implicações no território se aproxima com os processos de resistência e vivência dos bugres em contexto brasileiro, além disso, busca o entendimento dos processos de formação de modos de subjetivação, essenciais para entender o modo de vida contra colonial dos bugres, visto que estes são capazes de driblar a exclusão e de se organizar de maneira singular, caracterizando-se, assim, como um movimento aberrante. Ainda assim, debater as re-existências indígenas em diferentes espaços, tanto territoriais quanto de subjetivação, e o impacto de uma



colonização que marginalizou tais indivíduos, reduzindo-os à estigmatização do termo bugre, torna-se importante no contexto atual.

Dessa forma, rememorar e valorizar tais narrativas são de extrema importância para que a Psicologia Social além de se fazer presente, promova debates que levem em consideração diferentes modos de viver, problematize termos universalizados e que atue em conjunto com saberes e vivências dos sujeitos implicados nesses processos. Assim, abre-se um novo caminho para que a Psicologia conheça as dinâmicas sociais a partir dos movimentos aberrantes, já que, como exposto, toda a identidade fixa é colocada em cheque por esses movimentos.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DORNELLES, Soraia Sales. A história em As vítimas do bugre, ou como tornar-se bugre na História. **Anos 90**. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1983-201X.24028>

GANSWEIDT, Matias José. **As vítimas do Bugre**. Porto Alegre: Selbach, 1946.

GOFFMAN, Erving. **Estigma - notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução: Mathias Lambert. 4 edição. LTC, 1891.

GUISARD, Luís Augusto De Mola. O bugre, um João-Ninguém: um personagem brasileiro. **Scielo**. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/jMgYnVpvBB5wLgbxYyRM4Lv/#>

LAPOUJADE, David. **Deleuze, os movimentos aberrantes**. Tradução: Laymert Garcia dos Santos. São Paulo: n-1 edições, 2015.

MABILDE, Coronel Affonso P. T. **Apontamentos sobre os indígenas selvagens da nação “Coroados” que habitam os sertões do Rio Grande do sul**. São Paulo: IBRASA, 1983.